

A ESCOLA NORMAL D. PEDRO II E A NORMALISTA CAPIXABA NOS ANOS 1920

Sônia Maria da Costa Barreto¹

RESUMO

As primeiras leis aplicadas ao ensino, no Espírito Santo, foram elaboradas pelo presidente da província, Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire, que baixou o Decreto n. 4, de 4 de junho de 1892, criando oficialmente a Escola Normal. A Escola Normal D. Pedro II conferia às normalistas, formação profissional para atuarem no magistério e também as preparava para o casamento. As normalistas que representavam a Escola Normal D. Pedro II em torneios e outras atividades esportivas construía imagens de alunas responsáveis e disciplinadas. Essas alunas viam no diploma a segurança de uma profissão elevada e digna, um meio de triunfar na vida, de ser útil à sociedade e à Pátria, além de desfrutar de um sacerdócio. Como instituição formadora de profissionais para atuarem no magistério, a Escola Normal contribuiu para agilizar o processo de alfabetização na sociedade capixaba, embora fossem percebidas as desigualdades sociais no Espírito Santo.

Palavras-Chave: Espírito Santo. Educação. Escola Normal. Normalista.

ABSTRACT

The first laws applied to the teaching process, in the state of Espírito Santo, were made by the province president, Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire, who set the decree number 04, on the 04th of June, 1892, officially creating the "Escola Normal". The "Escola Normal D. Pedro II" gave its students, called "normalistas", professional formation to act as teachers and also prepared them to marriage. The "normalistas" who represented the "Escola Normal D. Pedro II" in tournaments and other sports activities built up the image of responsible students. Those students had the diploma as the security of a high and decent profession, a way of succeeding in life, being useful to society and its country. As an institution aimed at preparing professionals to act as teachers, the "Escola Normal" contributed to fasten up the process of teaching writing and reading abilities in the local society (the capixabas), although some social inequalities were noticed in Espírito Santo.

Key-Words: Espírito Santo. Education. "Escola Normal". "Normalista".

As escolas de primeiras letras, criadas durante o Império, foram, de certa maneira, as primeiras instituições a formar o professor primário, em face da inexistência de profissionais capacitados, o que evidencia a carência de pessoal para o magistério e o pouco prestígio da carreira docente. Dessa forma, no decorrer do processo de criação das primeiras instituições escolas normais, algumas províncias continuaram utilizando esse meio para capacitar pessoal para desempenhar a função docente.

A partir da reforma educacional de Leôncio de Carvalho,² as escolas normais começam a desempenhar de forma efetiva o seu papel na sociedade brasileira. Como afirma Barreto (2001, p. 203):

Objeto de várias iniciativas no decorrer do Império, A Escola Normal, firma-se definitivamente nas várias regiões brasileiras, a partir da reforma de Leôncio de Carvalho (1879). Marcada fundamentalmente pelo modelo positivista, sua instalação pelos poderes públicos provinciais teve de se acomodar ao ensino secundário essencialmente masculino e voltado para a preparação para o ingresso no ensino superior, então existente na educação brasileira.

A história da formação dos professores para o ensino primário registra, como primeira escola brasileira, a de Niterói, fundada em 4 de abril de 1835. Teve duração efêmera, sendo extinta em 1849. A instalação da segunda Escola Normal deu-se em 1840, na Província de Minas Gerais, em caráter bastante precário, permanecendo até 1842. A terceira Escola Normal brasileira foi a da Bahia, instalada em 1841. Dentre as províncias pioneiras no estabelecimento de escolas normais, colocamos em quarto lugar São Paulo, que inaugurou sua primeira escola em 1846, destinada exclusivamente ao sexo masculino, para maiores de dezesseis anos, com capacidade de leitura e escrita. Tendo apresentado escassa produção, foi fechada em 1867.

Em Vitória, no ano de 1834, foi instalado um liceu, nos moldes de ensino francês, ocasião em que se deu a reorganização do ensino secundário. O liceu tinha um currículo elitista, cujas disciplinas eram Latim, Francês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Geografia e

História, Geometria, Aritmética e Música, e qualificava seus alunos para as academias imperiais.³ Como não houve expansão da escola secundária, as aulas foram gradativamente suprimidas, tornando-se inadequadas à denominação de liceu.

Ainda nessa época, o presidente da Província do Espírito Santo, Costa Júnior, em visita algumas escolas do ensino primário, dentro e fora da capital, tece considerações acerca do ensino capixaba, reconhecendo que, salvo raras exceções, são poucos os habilitados que as dirigem. Preocupado em diminuir as dificuldades encontradas em habilitar professores com formação adequada, Costa Júnior tratou de acelerar o processo de escolarização, culminando com a criação do ensino normal.

CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL D. PEDRO II

Com a Lei n. 113, de 12-6-1867, o liceu aqui instalado passou a chamar-se “Colégio Espírito Santo”, freqüentado por 325 meninos. Com novo plano e organização, foi instalado em 2-3-1868, até a sua organização definitiva em Escola Normal para a formação do professorado, o que se concretizou pelo Decreto nº 674, de 6-12-1869, que o transformou em “Colégio Normal Nossa Senhora da Penha”, criando-se o Curso Normal com a finalidade de habilitar professores para o ensino primário, iniciado com 38 meninas.

A partir desse encaminhamento, somando aos esforços dos educadores e dos dirigentes, foi criada a Escola Normal no Espírito Santo. A obrigatoriedade da freqüência foi imposta como condição aos que aspiravam ao magistério. Não era admitido em concurso quem não comprovasse ter freqüentado o mínimo de um ano a Escola Normal.

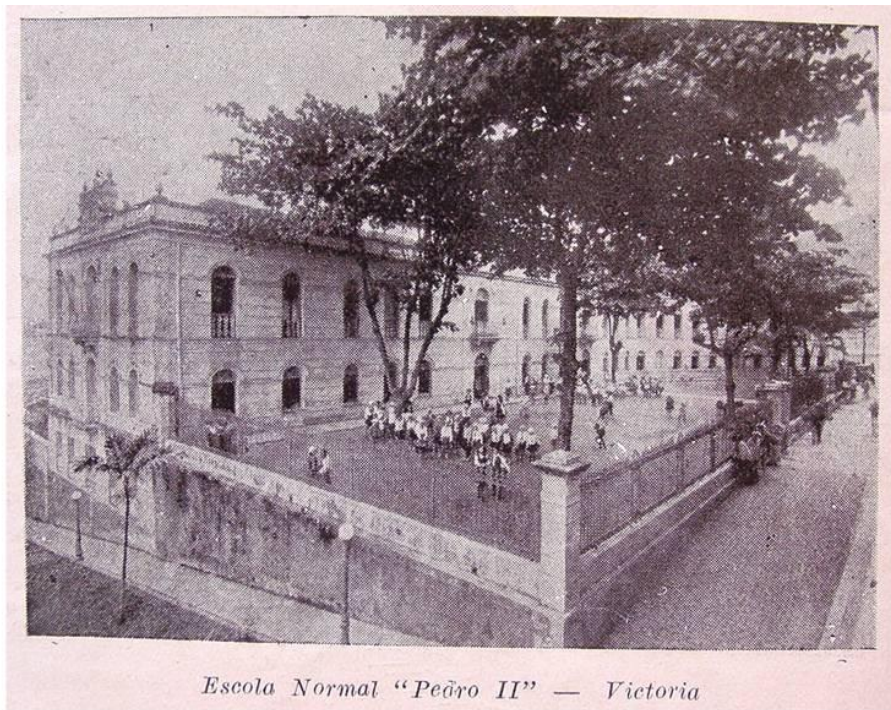
No ano de 1879, Dr. Elizeu de Souza Martins, presidente da província, construiu a “Casa de Instrução Pública”, instituição laica e pública. Assim, a Escola Normal acolheu a mulher como aluna e futura profissional e valorizou a sua atuação na expansão da escolarização. Nesse contexto, as elites procuram garantir às mulheres o direito à educação.

Apesar da necessidade de se formar professoras para atuar no ensino primário, e a mulher mostrar-se eficiente no desempenho de atividades docentes, a feminização do magistério foi se instalando de forma lenta e gradativa, como afirma Franco (2001, p. 196):

No que tange à história da educação no Espírito Santo, a feminização do magistério ocorreu verdadeiramente a partir do século XX, com a política implementada pelos republicanos, quando efetivaram a expansão da oferta da escolarização do ensino primário. Isso não poderia ter ocorrido anteriormente, pois poucas eram as mulheres habilitadas para a função do magistério.

Segundo a historiografia local, as primeiras leis aplicadas ao ensino, no Espírito Santo, foram elaboradas pelo presidente da província, Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire,⁴ que baixou o Decreto nº 4, de 4 de junho de 1892, criando oficialmente a Escola Normal. Tratou o Governo de aparelhar o educandário com material de ensino científico. A Escola Normal desde a sua criação, enfrentou processos de acertos e desacertos com períodos de expansão e de extinção, estando à mercê dos interesses públicos e das políticas educacionais.

Em 1925, passou a chamar-se Escola Normal D. Pedro II, em homenagem ao segundo imperador do Brasil, cujo centenário de nascimento se comemorava naquele ano.



Fotografia 1 – Edifício da Escola Normal D. Pedro II
Fonte: Revista *Vida Capichaba*, n. 252, de 27-11-1930

A fotografia n. 1 foi produzida para promover a beleza do prédio. O entorno desaparece, o foco do fotógrafo é a fachada do prédio, ressaltando a arquitetura neoclássica. A escola,

representada como um único bloco refletia a intenção de se construir prédios sólidos e duradouros com características dos ideários reformistas. A solidez da construção associava-se aos próprios ideais da Escola Normal D. Pedro II. Adquirido por compra, pela ação da Fazenda Provincial, o terreno abrigaria um espaço de instrução, tendo como vizinhança o Palácio do Governo e algumas residências. No prédio que abrigou a Escola Normal D. Pedro II, funciona hoje, o Ginásio Estadual “Maria Ortiz”.⁵ O “velho casarão das castanheiras”,⁶ de localização nobre⁷ no centro da cidade de Vitória tem registrado no seu cotidiano a passagem de muitas gerações de normalistas, a marca responsável de professores catedráticos, a alegria das festas escolares e a diversidade de sua organização curricular.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Escola Normal D. Pedro II tinha, na organização do seu currículo, as matérias distribuídas conforme as normas pedagógicas. Nos anos de 1920, as alunas estudavam, do primeiro ao quarto ano do Curso Normal, as seguintes disciplinas: “Portuguez, Litteratura Nacional, Francez, Arithmetica e Noções de Cosmographia, Desenho e Calligraphia, Musica, Trabalhos Manuaes, Álgebra, Corographia do Brasil, Historia Universal e do Brasil, Pedagogia (a), Phisica, Chimica, Historia Natural, Hygiene Escolar, Pratica Pedagogica (b)”. Há de se registrar que as normalistas se distinguiam na cadeira de Trabalhos Manuais.

A disciplina Pedagogia constava duas vezes no currículo. Na primeira vez que era ofertada, estudava-se Psicologia Aplicada à Educação, História da Educação, Economia e Leis Escolares, Educação Moral e Cívica; e, na segunda vez, estudava-se Sistematização dos Conhecimentos Pedagógicos, Metodologia, Noções de Sociologia e Direito Usual. Abrangia a fundamentação sócio-histórica, psicológica e legal da educação, permitindo à normalista assegurar-se de conhecimentos que direcionassem as suas atividades de acordo com o interesse das políticas públicas da época.

Na disciplina Prática Pedagógica, entendida como uma prática de ensino, as normalistas aplicavam, para apreciação do professor dessa disciplina, os exercícios, as atividades e a *matéria* dada pelos professores no cotidiano da sala de aula. Era como se fosse um ensaio, um treinamento, antes da conclusão do curso. Era o momento de fazer interagir a teoria dos

métodos *modernos* com os conteúdos ministrados nas disciplinas do currículo daquele ano escolar. Assim, as normalistas reproduziam o que aprendiam. Essa disciplina era sempre ministrada pelo Diretor da Escola Normal D. Pedro II, dada a sua importância.

As disciplinas teóricas eram avaliadas por meio de exames finais. Com a concessão de nova distribuição às disciplinas do Curso Normal da Escola Normal D. Pedro II, por meio da Lei n. 1.572, de 1926, regulamentada pelo Decreto nº 7.994, foram extintos os exames finais de primeira e segunda época, restabelecendo o regime anterior de promoções pelas médias de aproveitamento dos alunos e provas escritas trimestrais das diversas matérias.

Para assegurar a aplicação dos conteúdos ministrados pela Escola Normal D. Pedro II, foi criada a Lei n. 545, de 10 de fevereiro de 1927, que dá nova organização à Instrução Pública Primária e Secundária no Espírito Santo e estabelece e assegura em seu art. 47, a criação de uma Escola Modelo,⁸ anexa à Escola Normal D. Pedro II.

Art. 47 Anexa á Escola Normal existirá uma Escola Modelo, destinada a educar separadamente, em classes, crianças de ambos os sexos, servindo ao mesmo tempo, para exercicios de ensino dos professores normalistas (LEI nº 545, de 10-2-1927).

Além de suas responsabilidades escolares, em cumprimento às disciplinas do currículo do curso, as normalistas participavam de jogos e torneios esportivos,⁹ e ainda se faziam presentes em práticas extracurriculares representando a Escola Normal D. Pedro II em comemorações filantrópicas em números de danças treinados por professoras da instituição. As práticas e as representações escolares, também entendidas como atividades sociais da Escola Normal D. Pedro II, eram produzidas por professores e normalistas, em relação com a sociedade local, incluindo as exposições de trabalhos manuais, descritas a seguir.

EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Na disciplina Trabalhos Manuais, as alunas tinham de desenvolver certas habilidades práticas no trato com as agulhas, costurando e bordando toalhas, guardanapos, confeccionando cestas, bonecas, objetos do seu ambiente doméstico – donas-de-casa. Dada a importância desses trabalhos produzidos pelas alunas, a Escola promovia uma exposição¹⁰

que era divulgada na revista *Vida Capixaba*, marcado pela presença de personalidades de relevo da sociedade capixaba nos anos 1920. Era um evento muito concorrido, e visitado por professores, familiares das alunas e pela sociedade em geral. Essa prática tornava a escola um lugar freqüentado por outros atores sociais, conferindo-lhe um movimento interno marcado pela presença de personalidades de relevo da sociedade capixaba nos anos de 1920.



Fotografia n. 2 - Exposição de trabalhos manuais das alunas da Escola Normal D. Pedro II
Fonte: Revista *Vida Capixaba*, n. 206, de 19-12-1929

A fotografia n. 2 registra uma exposição de trabalhos das alunas da Escola Normal D. Pedro II, no Salão Nobre da Escola. Os trabalhos são confeccionados com linhas coloridas e harmoniosamente dispostos, dando um ar de leveza, de feminilidade ao ambiente austero do salão nobre, que recebia em solenidades e comemorações as autoridades máximas do Estado, como o governador e o arcebispo do Espírito Santo.

UNIFORMES: TRADIÇÃO E DISCIPLINA

As alunas da Escola Normal D. Pedro II destacavam-se na sociedade. “Aluna que usa uniforme da Escola Normal ‘Pedro II’ é um símbolo de disciplina dentro dos quatro cantos do educandário e mesmo nas ruas sempre garbosamente”.¹¹ Por sua vez, Franco (2001, p. 228) chama a atenção para o fato de que “O controle não se restringia à área interna da escola. As alunas eram fiscalizadas até mesmo na rua. Podiam ser repreendidas por ações consideradas não desejáveis em dia e horário fora do ambiente escolar.”

A normalista chamava a atenção pela sua postura de orgulho ao envergar aquela “farda” inconfundível. Nos desfiles escolares e nas apresentações culturais, o uniforme se destacava, pela harmonia na composição de suas peças.



Escola Normal de Victoria, diplomandas de 1925.

Fotografia 3 - Alunas da Escola Normal D. Pedro II

Fonte: *Revista Vida Capichaba*, n. 8, de outubro de 1923

As normalistas, durante décadas, vestiram o tradicional uniforme que consistia em saia de pregas azul-marinho, gravata e jaqueta (também chamado bolero) da mesma cor e blusa branca de mangas compridas e punhos no formato de camisa masculina, num misto de sobriedade e responsabilidade em usá-lo, uma vez que, envergando o uniforme, estavam representando essa instituição de ensino.

Mesmo nas competições esportivas, o uniforme usado pelas normalistas da Escola Normal D. Pedro II era discreto, tradicional e disciplinador. O estímulo ao desenvolvimento intelectual e físico das alunas e a sua participação em competições era uma motivação que envolvia autoridades, famílias e a sociedade em geral.



Fotografia 4 - Normalista Nair Pereira, “captain” do “team”, da Escola Normal D. Pedro II
Fonte: *Revista Vida Capichaba*, n. 156, de 5-1-1929

Na prática de esportes, as alunas vestiam uniformes discretos: blusa branca e saia azul-marinho. Calçavam meias $\frac{3}{4}$ brancas e um tipo de sapato que se assemelhava a um leve tênis também branco. As normalistas apresentavam bom desempenho, saindo vencedoras em algumas partidas disputadas com o Colégio do Carmo, Ginásio São Vicente de Paulo e do Ginásio Espírito-Santense.

A disciplina que a escola exigia das alunas, em qualquer lugar que se apresentassem, era admirada pela sociedade local. Pelas notas jornalísticas, podemos observar que essas ações simbolizadoras eram organizadas com a participação dos professores de Educação Física e contribuíam para o desenvolvimento físico das alunas por meio da prática esportiva.

Dessa forma, o processo de identificação da mulher com a atividade docente, foi instaurado a partir da feminização do magistério e também reforçado pelo fato de receberem salário pouco compensador, o que afastava os homens do desempenho da profissão e por ser um dos poucos campos de trabalho aberto à mulher.

CORPO DOCENTE

O corpo docente era constituído de lentes, catedráticos e professores, que eram vitalícios, quando aprovados em concursos, e recebiam salários superiores aos de um professor primário. Cumpriam as seguintes obrigações: assinar ponto, chegar com antecedência para as aulas, cumprir o programa letivo e manter a sala disciplinada. Ainda tinham o compromisso de “[...] incentivar nos alunos o amor à pátria, a obediência à lei, o respeito às pessoas, o gosto pelo trabalho, o sentimento de justiça, o amor à verdade, enfim, formar o bom caráter dos alunos [...]”. (FRANCO, 2001, p.229),

De acordo com o imaginário social¹² republicano, a formação da normalista, sob a responsabilidade de *lentes e catedráticos*, e com práticas escolares destinadas à profissão docente deveria estar sob a responsabilidade da escola pública. As crianças, alunas da escola primária, deveriam receber formação dessas professoras normalistas, segundo preceitos da *sociedade moderna*, numa expectativa de socialização, o que significa que o campo educacional conservador convivia com idéias renovadoras.

A reorganização da sociedade, agora republicana, possibilitou que a escolarização aparecesse como necessidade e meta almejada por aqueles que viam na formação da normalista uma expansão do ensino, levando a escola elementar ao povo.

MULHER E MODERNIDADE: DÉCADA DE 1920

Apesar do restrito espaço reservado à mulher na sociedade, como o lar e a escola, algumas mulheres capixabas que tiveram o privilégio de sentar-se nos bancos escolares, provavelmente da Escola Normal D. Pedro II, com anseios modernistas, se espelharam em Tarcila do Amaral, Guiomar Novaes e Anita Malfatti, participantes da Semana de Arte Moderna, que aconteceu nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de

São Paulo que, com o apoio da elite paulista, rompeu com a estética¹³ tradicional. Essas mudanças confrontaram, de certa forma, com o modelo de ensino da Escola Normal, pautado numa educação disciplinadora, baseada nos princípios das políticas educacionais republicanas.

A Semana de Arte Moderna abria novos horizontes, apesar de manifestações de protestos dos conservadores, avessos às mudanças. As notícias chegavam ao Espírito Santo, e um grupo da elite, como Maria Stela de Novaes, que havia sido aluna da Escola Normal D. Pedro II, se manifestava, tentando ocupar um espaço no mundo das letras. A escrita feminina aparece camuflada não só pelas letras de seus nomes, mas em pseudônimos,¹⁴ importante recurso literário que foi utilizado por várias escritoras, como proteção. A professora Maria Stella de Novaes registra dificuldades na sua trajetória como professora e escritora e a sua coragem em frente aos obstáculos encontrados.

Com relação a esse grupo ousado, que não correspondia à conduta pacata que caracterizava as normalistas dos anos de 1920, *O Jornal do Comércio*, de Vitória (1927) publicou, com a assinatura do jornalista João Calazans, uma nota sobre as intelectuais capixabas, esclarecendo que, tendo em vista as dificuldades, aos poucos, "elas iam surgindo". Apesar do reduzido número, estima-se entre sete ou oito mulheres intelectuais¹⁵ "são dignas dos nossos rasgados elogios".

A professora Maria Stella de Novaes, em seu livro *A Mulher na História do Espírito Santo* (1999), chama a atenção para a dificuldade que as mulheres enfrentaram para ocupar um espaço acadêmico, literário e político no Espírito Santo:

Acentuou-se, de fato, de 1923 para 1927, a coragem da mulher no Espírito Santo, no sentido de firmar seus passos, no domínio das letras. Vimos o quanto sofreu a autora destas modestas linhas, para ingressar, como catedrática, no corpo docente do Ginásio do Espírito Santo e da Escola Normal do Estado. As poetisas e escritoras amargaram, igualmente, o cálice da crítica ferina, da oposição implacável que o meio levantava, e continua a fazer, aos

As mulheres que participaram de movimentos políticos e literários, eram, em sua maioria, formadas pela Escola Normal, uma vez que não era oferecida, naquela época, uma outra oportunidade de formação escolar.

Entretanto, esse discurso não impediu a mulher de conseguir a sua emancipação política. “[...] a primeira eleitora do Brasil foi Dona Celina Guimarães Viana, residente à época de seu alistamento em Mossoró, RN, em novembro de 1927 [...] A segunda eleitora foi a estudante de Direito mineira Mietta Santiago”,¹⁶ e o Espírito Santo, embora provinciano, também se fez representar nessa conquista: “[...] A terceira eleitora do Brasil é a capixaba, de Guaçuí, Dona Emiliana Vianna Emery, valorosa e prestante cidadã, que, à época, foi efusivamente felicitada por Dona Bertha Luz, pioneira do feminismo nacional” (PACHECO, 1991/92, s/p).

FESTAS DE FORMATURA

A Escola Normal D. Pedro II, considerada um estabelecimento de ensino responsável pela formação da maioria das jovens capixabas, registrava, em seu boletim de matrícula, um número expressivo¹⁷ de estudantes formado por jovens da sociedade.¹⁸ Assim, essas alunas viam no diploma a segurança de uma profissão elevada e digna, um meio de triunfar na vida, de ser útil à sociedade e à Pátria, além de desfrutar de um sacerdócio.

As festas de formaturas se caracterizavam por ser um marco importante, por permitir à normalista o início de sua vida profissional. Essas práticas escolares mereciam destaque na imprensa local.

As festas da Escola Normal Pedro II

O dr. director da Escola Normal Pedro II, pede por nosso intermedio as famílias o obsequio de não levar creanças ás festas que naquelle estabelecimento vão se realizar .Avisa tambem aos candidatos que o traje para a festa de hoje é preto.

(Jornal Estado do Espírito Santo, anno XX, n. 386, 27 de novembro de 1927).

A cerimônia de colação de grau era considerada um momento solene [...] *marcado por um ritual instituído pelo Estado, o que denota a importância de serem investigados esses momentos escolares, visto a carga simbólica que carrega em si toda prática ritualizada (SCHWARTZ, 2004, p.160).*

O ato de colação de grau, realizado no Salão Nobre da escola, era presenciado pelas mais altas autoridades do Estado: governador, secretários, prefeito da Capital, autoridades do serviço público, toda a congregação da escola, que traduz a significação social da cerimônia.



Fotografia 5 – Formatura da Escola Normal D. Pedro II
Fonte: Revista *Vida Capichaba*, n. 83, de 30-10-1926

Essa imagem, embora descentralizada, tende a flagrar as autoridades que estão localizadas no lado direito da composição da mesa: civil, militar e religiosa. A Igreja se faz representar pelo bispo da Arquidiocese do Espírito Santo, Dom Benedicto Paulo Alves de Sousa. Em segundo plano, as alunas uniformizadas aparecem no palco. Essa fotografia mostra o prestígio da Escola Normal D. Pedro II, tendo em vista a lotação do Salão Nobre.

Os jornais locais *Diario da Tarde*, *Commercio do Espírito Santo*, *Diário da Manhã*, *Estado do Espírito Santo* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* já registravam imagens¹⁹ das normalistas e representações²⁰ da Escola Normal D. Pedro II. Podemos observar que, desde o início do século XX (1902), a escola e as normalistas eram destaques na imprensa local que registrava, entre outros:

- convite aos professores;
- a abertura de matrículas;
- os procedimentos disciplinares;
- ato solene de colação de grau.

A Escola Normal desempenhava o seu papel como instituição formadora de profissionais para atuarem no magistério, contribuindo para agilizar o processo de alfabetização na sociedade capixaba, embora as desigualdades sociais fossem percebidas com a ausência da democratização da escola pública e as oportunidades de aprendizagem de não atingir integralmente a população. Ao longo de sua existência, viu passar centenas de turmas de alunas e presenciou movimentos sociais e culturais que aqueceram as políticas educacionais que permearam a Primeira República.

¹ Mestre em Educação/UFES e Doutora em Comunicação e Semiótica/PUC-SP. Professora aposentada da UFES, atualmente faz parte do corpo docente da FABAVI.

² A reforma de ensino organizada por Leôncio de Carvalho foi decretada no dia 19 de abril de 1879. Entre as medidas pretendidas, pontuamos: a liberdade de ensino de acordo com a metodologia escolhida pelo professor; normas para o exercício do magistério; liberdade de frequência para os alunos dos cursos secundário e superior. Segundo Ribeiro (2000, p. 67-68), “Dado o grau de subordinação da mulher no período, a maioria dessa faixa da população era analfabeta. Uma pequena parte era tradicionalmente preparada na família pelos pais e preceptores, limitando-se, entretanto, às primeiras letras e ao aprendizado das prendas domésticas e de boas maneiras. Uma parte menor ainda é que, no período tratado, recebe uma instrução secundária não muito profunda”.

³ Apesar da expulsão dos jesuítas (1759), a Igreja continuava a controlar as instituições de ensino, reproduzindo por longo tempo as bases ideológicas do ensino cristão, uma vez que os professores que continuaram o processo de ensino tinham formação jesuítica.

Segundo Czartoryski (2004), “[...] uma das reportagens mais importantes do período em que trabalhei na revista *Vida Capixaba* foi a ‘Festa da Penha’, padroeira do Estado, em 1959.” No alto do morro da Penha foi erguido o Convento de Nossa Senhora da Penha. Ao longo dos anos, atribuiu-se nome de escola, bairro, avenida, e outros, em homenagem à santa milagrosa.

⁴ Governou a província do Espírito Santo de 1892 a 1896.

⁵ Maria Ortiz foi uma heroína capixaba que ajudou na expulsão dos holandeses, no Espírito Santo, jogando-lhes água fervente da janela de sua casa (1625).

⁶ Assim denominada pelo poeta, escritor e professor da Escola Normal D. Pedro II, Geraldo Costa Alves (já falecido).

⁷ O prédio da Escola Normal D. Pedro II foi edificado ao lado do Palácio Anchieta, sede do Governo do Estado do Espírito Santo, local nobre de Vitória.

⁸ A “Escola Modelo” também foi conhecida como “Escola de Aplicação” (de conhecimentos pedagógicos e aplicação de métodos de ensino “modernos e eficientes”).

⁹ A educação visava exercícios físicos, sendo a máxima da época: “não há instrução sem saúde”.

¹⁰ As festas escolares e as exposições de trabalhos eram publicadas nos jornais locais que antecederam a revista *Vida Capichaba*, como o *Diário da Tarde*.

¹¹ Recorte do jornal *A Gazeta*, Vitória, ES, [197-], arquivo particular da professora Maria do Carmo Marino Schneider, que foi aluna da Escola Normal D. Pedro II na década de 1960, e diretora, nos anos 1970, quando passou a Instituto de Educação “Professor Fernando Duarte Rabello”.

¹² Imaginário social é a base, o eixo norteador no qual uma sociedade elabora a imagem de si mesma, do universo em que vive, permitindo discutir suas funções, necessidades e limites. São as representações sociais de um conjunto social e as suas significações.

¹³ O movimento modernista correspondeu às profundas transformações por que passava a sociedade brasileira, na qual a tradicional oligarquia agrária era ainda dominante, apesar do processo industrial e urbano que aos poucos se implantavam. Foi precisamente esse contexto que sensibilizou a nova elite intelectual em formação para as revoluções estéticas que estavam ocorrendo na Europa.

¹⁴ A função dos pseudônimos era a de proteger as autoras e suas famílias das “*maledicências e da inveja*.”

¹⁵ “As grandes poetisas do Estado que iniciaram suas carreiras na revista *Vida Capichaba*: Haydée Nicolussi, Maria Antonieta Tatagyba, Maria José Albuquerque, Virgínia Tamanini e Arlette Cypreste publicavam poemas e artigos na revista que sempre esteve aberta à opinião feminina. (REVISTA *VIDA CAPICHABA*, 2003, p. 15).

¹⁶ Cf. VEJA, 12-11-1986, p. 15.

¹⁷ Nessa época, os resultados das estatísticas não eram mostrados com precisão. Geralmente, eram usados adjetivos para exprimirem crescimento, destaque. Em nota “RECENSEAMENTO ESCOLAR”, podemos nos certificar da afirmação: “Recebemos, oferecido pelo exmo. sr.dr. Mirabeau Pimentel, ilustre secretario da Instrução, um exemplar do importante relatório em que apresentou ao exmo. sr. Presidente do Estado largas e seguras informações sobre o recenseamento escolar, procedido no Estado, em março do anno findo, sob a sua experimentada orientação” (REVISTA *VIDA CAPICHABA*, n. 64, de 15-3-1926).

¹⁸ No ano de 1924, a Escola Normal contabilizava 1.732 alunos matriculados, não sendo especificado o seu padrão socioeconômico (REVISTA *VIDA CAPICHABA*, n. 45/ 46, ano III, 1925).

No ano de 1929, o governador do Estado, Dr. Aristeu Borges de Aguiar, “apresentou ao povo”, no início de seu mandato, sua plataforma de governo, evidenciando a “Instrução” sob a orientação do secretário de Estado, Dr. Attilio Vivacqua. “Creou o fundo escolar, como assistência às caixas escolares”, o que evidencia a presença de alunos pobres nas escolas” (REVISTA *VIDA CAPICHABA*, n. 180, ano VII, de 20 de junho de 1929).

¹⁹ As imagens ocupam papel privilegiado na sociedade como veículo de comunicação e informação.

²⁰ A representação é uma prática construída historicamente e permite o aprendizado de muitas relações que as pessoas mantêm com o mundo social “[...] que dão a ver e a pensar o real.”. (CHARTIER, 1990, p. 24).

REFERÊNCIAS

BARRETO, Sônia Maria da Costa Barreto. *Políticas educacionais no Estado do Espírito Santo (1900-1930): um olhar histórico*. Vitória: EDUFES, 1999.

FRANCO, Sebastião Pimentel. *Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República*. 2001. 297 f. Tese (Doutorado em História de Educação) – Faculdade de Filosofia, Letras e História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RENATO, Pacheco. As primeiras eleitoras do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 41, 1991-1992.

VIVACQUA, Atílio. *Educação brasileira: diretrizes e soluções do problema educacional no Espírito Santo*. Victoria: Vida Capixaba, 1930.

REVISTA *VIDA CAPICHABA*. Vitória, n. 45/46, 1925.

REVISTA *VIDA CAPICHABA*. Vitória, n. 47, jun. 1925.

REVISTA *VIDA CAPICHABA*. Vitória, n.129, jun.1928.

REVISTA *VIDA CAPICHABA*. Vitória, n. 138, ago. 1928.

REVISTA *VIDA CAPICHABA*. Vitória, n. 152, dez. 1928.

REVISTA *VIDA CAPICHABA*. Vitória, n. 180, jun. 1929.